

## Defensoria Pública de Minas Gerais inaugura unidade em Santo Antônio do Monte

*Fruto da parceria com a Prefeitura, o atendimento será direcionado às demandas na área de Família*

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



*O defensor público Wilson Hallak, o prefeito Léo Camilo, o presidente da Câmara, Douglas Amaral, e o deputado Fábio Avelar descerraram a placa inaugural da unidade da DPMG em Santo Antônio do Monte*

A Defensoria Pública de Minas Gerais inaugurou na sexta-feira (11/2) nova unidade em Santo Antônio do Monte, na região Centro-Oeste do estado. Além do município, a comarca abrange também Pedra do Indaiá. Na inauguração, o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo defensor auxiliar da Defensoria-Geral, Wilson Hallak Rocha. Participaram também o deputado estadual Fábio Avelar; o prefeito de Santo Antônio do Monte, Léo Camilo; o presidente da Câmara Municipal, Douglas Henrique do Amaral; a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Raquel da Costa Dias; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Mascarenhas Glaeser; o coordenador da Regional Centro-Oeste, defensor público Vanderlei Capanema; e a coordenadora local, defensora pública Karine Roscoe Zanetti.

[LEIA + PÁGINA 2](#)

## Defensoria de Minas ajuíza ACP para garantir banho de sol diário na Penitenciária José Maria Alkimin

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Ribeirão das Neves, por meio da Defensoria de Execução Penal, ajuizou, no dia 4/2, Ação Civil Pública (ACP) requerendo liminar para que seja fornecido, em até 30 dias, banho de sol diário por, no mínimo duas horas, na parte externa da Penitenciária José Maria Alkimin, naquele município.

Na sexta-feira (11/2), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) acolheu a ACP e determinou que os detentos recebam o banho de sol diário, previsto por lei.

A ação requerida pela DPMG prevê multa diária de R\$ 50 mil caso não haja o cumprimento da liminar. A ACP requereu ainda que, ultrapassado o prazo de 30 dias sem cumprimento, seja determinada a interdição da unidade. O requerimento foi motivado por denúncias enviadas pela Pastoral Carcerária Nacional, em agosto de 2021, seguida da averiguação de insalubridade do local.

Diante das denúncias e após procedimento para apuração dos fatos, foi expedido ofício à Penitenciária requisitando esclarecimentos e inspeção da Vigilância Sanitária e da Gerência de Vigilância Ambiental e Controle de Vetores e Zoonoses quanto às condições de salubridade do local. Também foi enviada recomendação à Secretaria de Justi-

ça e Segurança Pública (Sejusp) para que fossem tomadas providências imediatas para garantir o banho de sol diário a todos que cumprem sentença na Penitenciária.

Em resposta, a Sejusp, havia informado ser inviável a liberação imediata em função da logística e da segurança.

[Leia na íntegra](#)

### DEU NA MÍDIA

**ACP da Defensoria que requereu liminar em favor de detentos em Neves foi notícia em vários veículos**

[Veja aqui os destaques](#)

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque • Institucional **PÁG. 2 e 3**
- > Reconhecimento **PÁGINA 2**
- > Tribunais **PÁGINA 4**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁG. 5 e 6**

## AÇÕES EM DESTAQUE • INSTITUCIONAL

### Defensoria de Minas inaugura unidade em Santo Antônio do Monte – *continuação*

A instalação da DPMG na comarca é fruto da parceria com a Prefeitura que, além da cessão do imóvel para o funcionamento da Instituição, disponibilizou ainda um servidor, dois estagiários de Direito e dois de Psicologia.

A Defensoria Pública em Santo Antônio do Monte vai atender a demandas relacionadas à área de Família. Em sua primeira ação, a unidade está promovendo o Mutirão das Famílias (*informações mais abaixo*).

**Estrutura** – A nova sede foi estruturada para proporcionar atendimento qualificado às pessoas que procuram pelos serviços da Defensoria Pública de Minas Gerais. Está localizada a uma quadra do fórum, na Rua Professor Mezêncio, n. 61, Centro, facilitando o acesso das assistidas e dos assistidos. É composta por três gabinetes, uma sala para mediação de conflitos e uma sala para atendimento psicológico.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



De acordo com a defensora pública Karina Roscoe Zanetti, coordenadora local da unidade, a estimativa inicial é cerca de 120 atendimentos por mês, devido a uma grande demanda reprimida, principalmente relacionada à violência doméstica, conforme informação do Creas local.



**Mutirão das Famílias** – Em âmbito estadual e com a participação simultânea de 42 unidades – Belo Horizonte e 41 do interior, iniciativa busca a conciliação em conflitos na área do Direito da Família, por meio da solução extrajudicial. **Inscrições até 25 de fevereiro.**

[Saiba mais](#)

DEU NA MÍDIA

**Mutirão das Famílias é notícia em vários veículos**

[Veja aqui os destaques](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE • RECONHECIMENTO

### Pedido de regularização fundiária em área pública ajuizado pela Defensoria é confirmado pelo TJMG

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) confirmou procedente o pedido de titulação de moradia em área pública, ajuizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais. A autora da ação reside desde 1967 no imóvel, de aproximadamente 116 m<sup>2</sup>, localizado no bairro Horto Florestal, em Belo Horizonte, em terreno de propriedade do Município de Belo Horizonte.

A decisão reconheceu o Direito à Concessão Especial de Uso para Fins de Moradia, previsto na Medida Provisória 2220/2001. Antes do ajuizamento da ação, a Defensoria Pública tentou, por meio de requerimento

administrativo, a Concessão de Uso Especial do imóvel, sendo o pedido negado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, exclusivamente pelo fato da metragem ser inferior à mínima exigida.

Para a Defensoria Pública, embora não seja possível a existência de usucapião em terreno público, a legislação reconhece que imóveis públicos também devem cumprir a função social e podem ser objeto de regularização fundiária, por meio do qual, o direito de moradia de famílias que residem há muitos anos nestas áreas possa ser reconhecido.

[Leia na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE • INSTITUCIONAL

### Defensoria Pública recebe secretários da PBH para discutir medidas sobre o retorno às aulas de crianças de 5 a 11 anos na Capital

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) se reuniu na terça-feira (8/2) com representantes da Prefeitura de Belo Horizonte para definir ações que garantam a manutenção do direito à educação das crianças de 5 a 11 anos, com o retorno seguro às aulas presenciais a partir de 9/2, na Capital. A reunião teve como uma das pautas o protocolo de atuação sanitária dentro das escolas, inclusive com postos de testagem exclusivas para professores, campanhas de incentivo à vacinação do público escolar e união de esforços entre as instituições.

O encontro foi conduzido pela chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, com a participação do defensor público Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, em atuação na Defensoria Especializada dos Direitos da Criança e do Adolescente Cível. Estiveram presentes os secretários municipais de Saúde, Jackson Machado Pinto, e da Educação, Ângela Dalben; os procuradores do Município, Hercules Guerra e Leandro Augusto Penido; o presidente e a vice-presidente do

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



A chefe de Gabinete Raquel da Costa Dias (centro), o defensor público Wellerson Corrêa (à esquerda) e os secretários municipais Jackson Pinto (Saúde) e Ângela Dalben (Educação)

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rodrigo Mateus Zacarias Silva e Maria Thereza Nunes Martins Fonseca; a subsecretária de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Educação (SME), Natália Raquel Ribeiro Araújo; e a chefe de Gabinete da SME, Adriana Nogueira.

[Leia na íntegra](#)

### Defensoria de Minas, MP e Prefeitura de Contagem alinham ações para vacinação de crianças da rede escolar municipal

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes –

Fotos: Elias Ramos/PMC



Prefeita Marília Campos recebe representantes da DPMG, MP e Conselhos Tutelares para discutir ações pela vacinação na rede pública

DEDICA, em Contagem, participou na quinta-feira (10/2) de reunião com a prefeita Marília Campos com a finalidade de alinhar ações de orientação dos pais e responsáveis em relação à vacinação de crianças e adolescentes matriculadas nas escolas municipais. Também estiveram presentes secretários municipais de Educação e Saúde.

A prefeitura irá encaminhar aos diretores escolares documento respaldado pela Defensoria, Ministério Público estadual e Conselhos Tutelares, que subsidiará orientação de pais e alunos a atenderem às convocações para a vacinação contra a Covid-19 como medida indispensável para a manutenção da segurança sanitária e da continuidade do efetivo serviço público de Educação.

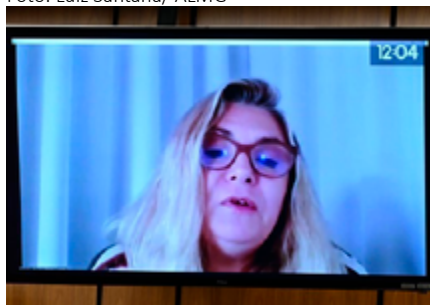
[Leia na íntegra](#)

### Defensora pública participa de reunião sobre vacinação infantil na ALMG

A defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) “Paz em Ação” da DPMG, participou, no dia 10/2, da reunião realizada pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para debater a importância da vacinação infantil contra a Covid-19.

[Leia na íntegra](#)

Foto: Luiz Santana/ALMG



Na reunião, Francis Coutinho ressaltou o artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina o dever dos responsáveis de garantir a vacinação de crianças menores de 18 anos com imunizantes recomendados pelas autoridades sanitárias

## AÇÕES EM DESTAQUE • TRIBUNAIS

# Pesquisa inédita analisa como legítimos e legais fundamentos de defesa em plenários do júri que foram anulados por TJs

*Estudo foi idealizado por defensor público de Minas Gerais a partir de debates entre membros do Gaets com atuação em tribunais do júri*

Foi iniciado na quinta-feira (10/2) o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 1.225.185, que decide se os Tribunais de Segundo Grau podem determinar novo júri de réus já absolvidos no quesito genérico contrários às provas dos autos.

O Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets), o qual a Defensoria Pública de Minas Gerais integra, participa do processo como *amicus curiae* e desenvolveu uma pesquisa para subsidiar a atuação. O estudo de âmbito nacional foi desenvolvido entre os meses de março e novembro de 2021 e recai sobre todos os 27 Tribunais de Justiça Estaduais e Distrital, aos quais compete julgar as apelações oriundas de sentenças proferidas nos Tribunais do Júri da Justiça Comum.

A pesquisa foi coordenada pela defensora pública do Ceará, Ana Raisal Cambraia, e idealizada pelo defensor público de Minas Gerais, Flávio Wandeck, a partir de debates entre membros da instituição com atuação em tribunais do júri. Quando realizada a pesquisa, ambos eram integrantes do Gaets com atuação nos tribunais superiores em Brasília/DF.

O objetivo da pesquisa é identificar os fundamentos utilizados nas teses da defesa em plenário do júri que levaram o Tribunal de Justiça a cassar ou anular a absolvição pelo Conselho de Sentença no quesito genérico, dando provimento à apelação do Ministério Público com base em decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

[Leia a matéria na íntegra](#)



(Clique na imagem para acessar a pesquisa)

**Lançamento da pesquisa** – A pesquisa foi lançada durante webinar, transmitido ao vivo pelo Canal do YouTube da Defensoria Pública do Ceará, na terça-feira (8/2). O debate foi mediado pela coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Defensoria do Ceará, jornalista Grazielle Albuquerque, com a participação da defensora pública do Ceará e ex-integrante do Gaets, Ana Raísa Cambraia, e do defensor público no Rio Grande do Sul, Domingos Barroso da Costa. ([Assista ao replay do lançamento no YouTube.](#))

